

COMISSÃO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

REQUERIMENTO Nº DE 2017

(do Sr. PAULO MAGALHÃES)

Requer seja realizada reunião de Audiência Pública para debater a exigência de contratação de vigilantes armados em Bancos Postais e demais Correspondentes Bancários, em todo o País.

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 255 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requero a Vossa Excelência que, ouvido o Plenário desta Comissão, seja realizada reunião de Audiência Pública para debater a exigência de contratação de vigilantes armados em Bancos Postais e demais Correspondentes Bancários, em todo o País, com os seguintes convidados:

- Sr. Guilherme Campos, Presidente dos Correios;
- Sr. Paulo Rogério Caffarelli, Presidente do Banco do Brasil;
- Sr. Gilberto Magalhães Occhi, Presidente da Caixa Econômica Federal;
- Sr. Leandro Daiello Coimbra, Diretor-Geral da Polícia Federal;
- Representante do Ministério Público Federal; e
- Representante do Ministério Público do Trabalho.

JUSTIFICAÇÃO

Com o objetivo de aprofundar o debate em torno da exigência de contratação de vigilantes armados em Bancos Postais e demais Correspondentes Bancários em todo o país, faz-se oportuno discutir a questão diante especialmente do agravamento da situação de violência vivenciada no Brasil.

Com o aumento da violência, iniciou-se uma discussão nos Tribunais sobre a equiparação dos Correspondentes Postais a instituições financeiras quanto à exigência de se seguirem as regras de segurança previstas na Lei 7.102/1983. Essa discussão surgiu com o crescimento de crimes envolvendo os Bancos Postais, o que

levou o Ministério Público a ingressar com ação civil pública pedindo a citada equiparação. Com a medida, o funcionamento dos Bancos Postais ficaria restrito às agências dos Correios que possuísem segurança armada e Porta Detectora de Metais.

A exigência, no entanto, inviabilizaria a oferta do serviço, devido ao elevado custo, o que acarretaria prejuízo financeiro para as agências. Assim, em setembro de 2017, noticiou-se o fechamento de 1800 das 6500 agências de Bancos Postais por falta de recursos para manutenção dos vigilantes armados. A forte reação da população, porém, levou à continuidade da prestação do serviço até 31 de janeiro de 2018, para que sejam negociadas com o Banco do Brasil alternativas buscando viabilizar a permanência por mais tempo.

Os serviços oferecidos pelos Correspondentes Bancários são de suma importância para a população. Se forem encerrados, os pagamentos de benefícios terão que ser transferidos para agências bancárias ou, até mesmo, para outros municípios, já que muitas localidades não dispõem de bancos. A medida afetaria mais de 137 mil aposentados e pensionistas do INSS, segundo dados do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS).

À vista disso, diante da abrangência e importância, para a sociedade, dos serviços públicos ofertados pelos Bancos Postais e certo de que o amplo debate oferecerá relevantes contribuições sobre o tema, solicito o apoio dos ilustres pares para a aprovação do presente requerimento de audiência pública.

Sala da Comissão, em de de 2017.

Deputado PAULO MAGALHÃES
PSD/BA